

O EXTERMÍNIO OFICIAL DOS INDIOS NAMBIKWÁRA \*

Entendemos por Nambikwára os diversos grupos indígenas que, ligados por parentesco ou afinidade lingüística, se localizam a Noroeste de Mato Grosso, próximo ao território de Rondônia.

As duas dezenas de aldeias com um total de pouco mais de 600 indivíduos - a décima parte dos que existiam no início do século - encontram-se em duas áreas totalmente diferentes quanto às características ecológicas, legais e situação de contato com a população envolvente: uma é o cerrado semi-árido à margem direita da estrada Cuiabá - Porto Velho, BR 364, na altura do km 650, reserva indígena desde 1968, posteriormente diminuída por outro decreto e, sem intrusos dentro da área, salvo possivelmente, num trecho junto à estrada, onde os limites não estão bem definidos (um pequeno ocupante do interior da área foi expulso desumanamente); outra é o fértil Vale do Rio Guaporé, confrontando com a anterior, com apenas uma pequena área interdita e uma dezena de estudos e projetos de antropólogos ou funcionários da Funai, numa tentativa sempre frustrada de delimitar uma ou mais áreas para os índios. A área está totalmente tomada por projetos agro-pecuários, a maior parte deles gozando de incentivos fiscais carreados da Sudam ou de outros órgãos, que só os liberam quando o Funai, mediante certidões negativas, atestar a não existência de índios na respectiva área. A população fixa ou flutuante dentro da terra dos índios atinge a vários milhares de pessoas em contato indiscriminado com os mesmos. As duas áreas em questão retratam também a ambivalente atitude da Funai: forte e prepotente com os fracos; débil e pusilânime com os poderosos grupos econômicos ou simples pessoas ligadas a esses grupos.

Vamos enfocar, de modo especial, a situação dos índios que se encontram no Vale do Guaporé. É uma situação grave, tremendamente grave. Talvez esta seja uma das últimas oportunidades que temos de denunciar esta situação. Dentro de pouco tempo, os índios já terão morrido.

Tal é a situação desses índios que o médico sueco Bo Akerrén membro da Comissão da Cruz Vermelha Internacional, ao chegar ao Vale do Guaporé, disse: "A vida destes índios é uma vergonha não só para o Brasil, mas para a humanidade".

(Diário de Brasília, 28/3/1973).

E para que isto não pareça uma calúnia levantada por estrangeiros, como se costuma dizer, é bom lembrar as palavras do superintendente da Sudeco, Nelson Jairo Faria: "A situação dos Nambikwára só é comparável à dos exilados da Biafra".

(Correio Braziliense, 10/9/1974).

O extermínio dos índios Nambikwára vem de longa data, quando eram dizimados às dezenas por rajadas de metralhadoras, segundo denúncia feita pelo ex-funcionário da Funai, Ramis Bucair. (J. do Brasil, 28/4/1968). Mas, por incrível que pareça, foi a partir do aparecimento da Funai e sobretudo na gestão do Gen. Bandeira de Melo, que esse extermínio se tornou oficial, mediante o fornecimento de Certidões negativas autorizando a implantação de projetos agro-pecuários na terra dos índios. Essas certidões negativas têm sido o aval do órgão de proteção ao índio para que os incentivos fiscais - dinheiro do povo - sejam aplicados contra a camada mais desprotegida do próprio povo, os índios.

Seria longo, enfadonho e nausante repetir, aqui, a lista de pessoas físicas ou jurídicas, que receberam certidões negativas da Funai. Isto já o fizemos no ano passado, ao depor na CPI do Índio e pode ser lido no Diário do Congresso Nacional de 17/6/1978, pág 95. Mas nunca é demais lembrar que um dos contemplados por essas certidões foi o próprio filho do então Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, responsável indireto, quando não direta, por todos os desmandos da gestão Bandeira de Melo, de quem já foi dito que - "criou a maneira mais rápida e eficaz de extinguir o índio brasileiro." A denúncia dessa facilidade de pai para filho já nos custou a ter uma humilhante passagem pela delegacia da Polícia Federal em Cuiabá.

Em novembro de 1973, durante o Simpósio Funai-Missões, tentamos levantar a problemática em que se encontravam os índios Nambikwára, mas o então superintendente da Funai, auxiliar imediato do Gen. Ismarth de Araujo Oliveira, numa das suas hábeis escamoteações da verdade, alegou não estar a par do que acontecia com esses índios, o que motivou a retirada de vários missionários do recinto do simpósio, como protesto a essa fingida e vergonhosa "ignorância".

Um ano mais tarde, o Gen. Ismarth, já presidente da Funai,

anuncia a interdição de uma área no Vale do Guaporé e dizia ser "a maior vitória de sua administração". (O Estado de S.Paulo, 7/9/1974). Foi uma vitória apenas aparente, uma vez que essa interdição não se manteve senão reduzida à décima parte e os intrusos permaneceram dentro da área dos índios.

No ano passado, quando visitados por jornalistas e deputados da CPI do Índio, os Nanbikwára se queixavam de nem sequer terem água para beber, pois estavam poluídos por estrume de boi.

Isto está acontecendo a poucos metros da sede da Agro-pecuária Vale do Guaporé S/A, que possui até banheiro de acrílico e outras sofisticações, como avião somente para serviço interno. Esta fazenda de 100.000 ha. pertence a José Luiz Zilo, diretor secretário da Coopersucar, que até se dá ao luxo de aceitar (ou aplicar) apenas uma parte dos incentivos fiscais.

Tomo a liberdade de ler algumas linhas do mau depoimento na CPI do Índio.

"Hoje, os índios se encontram junto às fazendas, que se implantaram no Vale do Guaporé. O caso mais doloroso é o dos índios que vivem ou vegetam na total dependência da Fazenda Agropecuária Vale do Guaporé S/A. Esta fazenda, na impossibilidade de se livrar dos índios por meios mais diretos, optou por um plano de genocídio por descuido intencional.

Uma bem equipada enfermaria, na sede da fazenda, fica a menos de 500 metros da aldeia indígena; entretanto, o administrador da fazenda, Sr. Max Mosman, suíço, a partir de fins de 1975, proibiu que a enfermaria atendesse os índios.

...

Em começo de 1976, já haviam morrido duas índias. Uma delas, mãe de três crianças. As duas índias morreram apenas de gripe.

Denunciamos estes fatos à opinião... para ver se a Funai tomaria alguma providência. Isto nos custou ameaça de morte e espancamento por parte do Sr. Max Nosman." (Diário do Congresso Nacional, 17/6/1978, pp. 95-96).

Esta fazenda que é conhecida também como Fazenda do Zilo, de uma só vez, já teve até 4.000 trabalhadores e, segundo depoimento do Prof. Pedro Agostinho, na CPI do Índio, "as seis índias da aldeia que ficou dentro dessa fazenda" eram prostitutas dos quatro mil trabalhadores". (Diário do Congresso Nacional, 17/6/78, pág.231).

Para justificar o fornecimento de certidões negativas durante sua gestão, o primeiro presidente da Funai, José de Queirós Campos, informou, em seu depoimento na CPI do Índio, que ele ignorava a presença de índio nessa área. (Diário do Congresso Nacional, 17/6/78, pág. 152).

Posteriormente, a Funai descobre o erro, isto é, descobre que havia índio na área mas o fornecimento de certidões negativas continuou.

Na tentativa de salvar os Nanbikwãra de uma morte certa, a Funai procura transferir os índios do fértil Vale do Guaporé para o árido cerrado ou do Norte para o sul da mesma área. Tudo resultou num fracasso porque os índios contrairam várias doenças, como o sarampo, que vitimou toda a população infantil de uma aldeia, sem contar os adultos que faleceram.

Os índios tentam voltar para suas terras. Perambulam desnudos e famintos pelas estradas, como eu os pude ver ainda em fins de 1976, mas suas terras estão tomadas. Cria-se, então, uma das mais violentas situações de contato interétnico, que no dizer do antropólogo Pedro Agostinho "é das coisas mais compulsivas e mais violentas a que já assisti" (Diário do Congresso Nacional, 17/6/1978, pág. 227).

O mesmo antropólogo, no seu depoimento na CPI do Índio, refere alguns fatos para ilustrar essa situação: os trabalhadores de uma das fazendas pertencente ao grupo Bamerindus Agropastoril embebedam os índios de uma aldeia para, depois, violentarem as mulheres; a Fazenda Sapê-Sararé lança desfolhante de avião que, arrastado pelo vento, foi atingir parte dos mangabais dos índios. As queimadas a perde de vista destruíram milhares de espécies vegetais, o capim semeado de avião invade a lavoura dos índios, a caça desaparece e o peixe morre. A terra do índio torna-se, então, o que disse o poeta o Drumond de Andrade:

"Uma terra sempre furtada pelos que vêm de longe e não sabem possuí-la.

Terra cada vez menor, onde o céu se esvazia de caça e o rio é memória de peixe espavorido pela dinamite.

Terra molhada de sangue e de cinza, esterçada de lágrima e lues, em que ... o bugreiro colonial e moderno celebram festins de extermínio". (Jornal do Brasil, 1/5/53).

Para terminar, sirvo-me das palavras dos antropólogos convocados pela Funai para estudar o problema Nanbikwára:

"O Vale do Guaporé está, hoje em dia, praticamente, nas mãos de particulares, quase todos com certidões negativas da própria Funai, confirmando a ausência de grupos indígenas na área. Isto mostra que nem a lei a própria Constituição foi observada e os órgãos aos quais competia a execução da lei não tinham o poder ou o interesse de cumpri-la. E concluem: A situação do índio Nanbikwára é uma vergonha nacional". (O Estado de São Paulo, 28/10/1975).

Antonio Iasi

\*Denúncia no Ato Público de Repúdio ao Decreto de Emancipação - Tuca - SP. 8/11/1978.